

6

**ATA DA  
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
REALIZADA NO DIA 17 DE JUNHO DE 2014  
NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO  
Nº 03/2014**

**MESA DA ASSEMBLEIA:** Presidente – Fernando Pereira Campos, 1º Secretário – Albano Fernandes Álvares, 2º Secretário – Maria Cândida Pereira das Eiras. \_\_\_\_\_

**PRESENCAS:** Arnaldo António de Moura Silvestre Videira, António Pereira dos Penedos, Paulo Sérgio Pereira Aleixo, Sandra Isabel André dos Reis, Carlos Alberto Mendes Ferreira, Armindo de Sousa Pereira, Rui Fernandes Álvares, Odete Cristina Queiroga Moreira, Manuel Baltazar Batista Pereira, Luís Miguel Morais Pires, Paulo Jorge Rua Pereira, António Dias do Couto, Daniel Costa Moura Dias, José Manuel Fernandes Pereira, Camilo Anes Pires, Lúcia Martins Dias Mó, António Paulo Pereira Sanches, José Quintas Lage, Miguel Duque Couto e José Rua Dias, membros da Assembleia. \_\_\_\_\_

**AUSÊNCIAS:** Adérito Vaz Pinto e Magda Pereira Barroso. \_\_\_\_\_

**SECRETARIOU:** Filipe Silva, Secretário do GAP. \_\_\_\_\_

**PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL:** Fernando Eirão Queiroga, Presidente da Câmara, António Guilherme Forte Leres Pires, Vice-Presidente, Maria do Céu Domingues Fernandes, Ana Luísa Pires Monteiro e Toni Eduard Pires Teixeira, vereadores. \_\_\_\_\_

**HORA DE ABERTURA:** 10 horas e 35 minutos. \_\_\_\_\_

10

**\_\_\_ 1 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: \_\_\_\_\_**

\_\_\_ 1.1 - Aprovação da ata da sessão ordinária de 29 de abril;\_

\_\_\_ 1.2 - Assuntos de interesse municipal nos termos do regimento; \_\_\_\_\_

**\_\_\_ 2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: \_\_\_\_\_**

\_\_\_ 2.1 - Apreciação de uma informação escrita do senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e financeira nos termos da lei; \_\_\_\_\_

\_\_\_ 2.2 - Proposta de 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita da Câmara Municipal para o ano de 2014; \_\_\_\_\_

\_\_\_ Após verificação do quórum, o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, dando cumprimento ao determinado pela respetiva convocatória. De imediato, deu conhecimento da correspondência recebida: ofício da Câmara Municipal de Boticas a remeter a proposta da revisão ao orçamento em causa; ofício da Câmara Municipal de Boticas a enviar a informação acerca da atividade da Câmara Municipal bem como a correspondente informação financeira; ofício da Câmara Municipal de Boticas a remeter o relatório do Revisor Oficial de Contas referente ao ano de 2013. Deu ainda conhecimento do envio à Assembleia Municipal da listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal na reunião de

16 de dezembro; do relatório de contas dos Empreendimentos Eólicos do Alvadia referente ao ano de 2013; do Relatório de Contas da Escola de Enfermagem de Chaves relativo ao ano de 2013; do Relatório de execução orçamental do 4º trimestre de 2013 da EHATB; do relatório e contas para o ano de 2013 da EHATB; email do membro da Assembleia Municipal, Magda Barroso, a comunicar que está impossibilitada de comparecer na reunião de hoje, pedindo justificação para a sua ausência e email do membro da Assembleia Municipal, Adérito Pinto, a pedir justificação pela sua ausência na reunião de hoje por ter compromissos na Vara de Competência do Tribunal Judicial de Braga.

**1.1 - Aprovação da Ata da Sessão Ordinária de 29 de abril;**

Uma vez que a minuta da ata foi previamente enviada em suporte digital aos membros da Assembleia Municipal, dispensou-se a sua leitura.

Neste ponto da Ordem de Trabalhos usaram da palavra os seguintes intervenientes:

O Presidente da Assembleia Municipal que colocou a ata a votação.

O membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, que solicitou o uso da palavra.

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu-lhe a palavra, após o que a ata foi posta à votação e aprovada por maioria com um voto contra e uma abstenção.

6

**\_\_\_ 1.2 - Assuntos de interesse municipal nos termos do regimento;** \_\_\_\_\_

\_\_\_ Neste ponto da Ordem de Trabalhos usaram da palavra os seguintes intervenientes: \_\_\_\_\_

\_\_\_ O membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, que cumprimentando todos os presentes, referiu que algumas das coisas que iria falar se encontram transcritas na informação da Câmara Municipal. Realçou alguns acontecimentos recentes, nomeadamente a visita do Senhor Primeiro-Ministro ao Concelho no passado 31 de maio. Destacou ainda a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Boticas pela passagem do seu 43.º aniversário mas sobretudo pelo árduo e brilhante trabalho que tem desempenhado ao longo dos últimos anos na defesa de bens e pessoas no Concelho de Boticas. Referiu estar-se já numa época complicada sobretudo em matéria de incêndios florestais, antecipando um trabalho redobrado dos bombeiros. \_\_\_\_\_

\_\_\_ O membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, cuja intervenção ficará em anexo à ata como parte integrante da mesma. \_\_\_\_\_

\_\_\_ O membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, que cumprimentou os presentes, referindo a atitude incompreensível e muita incorreta como, em sua opinião, foi conduzido o processo do arrendamento do Posto de Turismo antigo. Solicitou ao membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, na qualidade de presidente do Grupo Desportivo de Boticas, que explique

como foi utilizado o subsídio da Câmara ao clube. Referiu ainda a necessidade de esclarecer o que foi feito das floreiras e de outros materiais aquando da reconversão dos arruamentos em Boticas. Em relação à visita do Senhor Primeiro-Ministro a Boticas, considera que é digno recebê-lo mas que pretende saber se foi comunicado ao mesmo alguns assuntos, tal como o encerramento do Tribunal de Boticas e que acha bem que todos estejam a falar deste assunto, o mesmo devendo ser feito quanto ao encerramento dos serviços do Ministério da Agricultura. Referiu que os serviços agrícolas não podem acabar sejam quais forem os partidos intervenientes, tendo de ser racionalizados quer seja nas Câmaras, nas Juntas de Freguesia ou em qualquer lado e que a agricultura deve ser apoiada. Referiu-se ao funcionamento da Santa Casa da Misericórdia de Boticas. Referiu a necessidade de limpar não só o Parque da Relva mas também o de Carvalhelhos de onde estarão a desaparecer materiais. Referiu ainda a necessidade de proteger a floresta.

\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal que chamou a atenção para a duração das intervenções conforme referido no artigo 42.º do Regimento, onde consta que cada membro da Assembleia tem cinco minutos para intervir nos debates e que relativamente à ata, o artigo 61.º do Regimento refere que de cada reunião é lavrada ata que contém um resumo de tudo o que de essencial nela tiver ocorrido, afirmando que é isso que se tem tentado fazer e que existem algumas dificuldades de

6

entendimento referindo-se especificamente à questão, por exemplo, da ironia dizendo que há sempre dificuldade de classificar a ironia até porque para uns pode ser verdadeiramente ironia e para outros pode não ser, não conseguindo medir a intensidade desse item ou de outro semelhante na elaboração da ata. Esclareceu que a ata iria ficar da mesma forma, nos mesmos moldes, reiterando que cada membro da Assembleia sabe que pode deixar qualquer documento que tenha sido lido, que o mesmo fará parte integrante da ata como anexo, que é consultado e que dela passe a fazer parte integrante em absoluto. Refere que não vê razão nenhuma para poder alterar isso, deixando claro que tem sido benevolente no tempo utilizado, apelando para que todos ajudem para que haja rigor, facilitando a condução dos trabalhos e que ele muito agradecerá.

\_\_\_O Presidente da Câmara Municipal cumprimentou todos os presentes começando por corrigir o membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, referindo que não existem 3 vereadores a tempo inteiro na Câmara Municipal de Boticas. Quanto ao aluguer do Posto de Turismo, refere que não se pode um dia dizer uma coisa e noutro dia outra, que existem equipamentos fechados, sem utilização e que esta questão foi solicitada à Câmara Municipal, tendo-se cumprido toda a legalidade que a lei impõe. Relativamente aos outros pontos, referiu que responderá na intervenção seguinte.

\_\_\_**2.1 – Apreciação de uma informação escrita do senhor**

**Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e financeira nos termos da lei;**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_Neste ponto da Ordem de Trabalhos usaram da palavra os seguintes intervenientes:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_O membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, que referiu não concordar com o facto de tomar a palavra uma vez que considerou que a inscrição do membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, tinha sido a primeira.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal que repetiu que concedia ao membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, a palavra, questionando se pretendia ou não fazer uso da mesma, que é ele na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal que conduz os trabalhos nos termos da lei vigente.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_Relativamente à duração das intervenções referida anteriormente pelo Presidente da Assembleia Municipal, o membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, questionou a razão pela qual o mesmo não chama a atenção dos intervenientes durante as intervenções, considerando que essa seria a maneira mais adequada.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a observação e respondeu que passaria a ser mais rigoroso.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_O membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, que referiu a necessidade de esclarecimentos do Presidente da Assembleia Municipal sobre o processo que, como é do domínio público, decorre no Tribunal.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal que chamou à aten-

10

ção o membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, pelo mesmo não estar a intervir no âmbito do ponto da ordem de trabalhos em discussão, mas que o Presidente da Câmara responderia à questão colocada. \_\_\_\_\_

\_\_\_O membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, que pediu que a Assembleia voltasse ao que era antes e que tenha elevação. Disse que se irá referir apenas ao ponto da ordem de trabalhos, cumprindo o Regimento da Assembleia Municipal. Deu os parabéns ao Presidente da Câmara pelos seus quase nove meses de mandato que tem desempenhado com saber e elevação dando continuidade ao excelente trabalho que foi feito pelo anterior executivo. Quanto às informações da atividade da Câmara Municipal, referiu que embora sucintas, continuam a transmitir de forma clara o que é feito pelo Município, admitindo que, muitas vezes, são lidas de forma muito rápida. Salientou alguns dos aspetos que lhe parecem de extrema importância e que podem passar despercebidos numa leitura de alta velocidade, nomeadamente a continuidade da execução de inúmeros apoios sociais à população jovem e idosa, referindo que tal deve ser destacado pelo Grupo Municipal do PSD uma vez que naturalmente tal não seria mencionado pela oposição. Destacou a disponibilização de transporte pelo Município de utentes para o IPO, considerando uma medida de menor despesa mas de muita ajuda àqueles que infelizmente têm de recorrer aos serviços daquela unidade hospitalar. Referiu-se ainda ao Mel do Barroso de denominação de origem protegida

na valência da Cooperativa, que mais uma vez foi galardoada com a medalha de ouro e mel do ano de 2014 no concurso nacional de mel e que quem apregoa a parte agrícola esqueceu-se de referir isso. Em nome do Grupo Municipal do PSD, deu os parabéns à Cooperativa Agrícola na pessoa do Presidente da Direção.

\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal que agradeceu a elevação com que entendeu fazer a sua intervenção o membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, afirmando que a sua postura dignifica a Assembleia Municipal.

\_\_\_O Presidente da Câmara Municipal que manifestou vontade em clarificar algumas situações que foram referidas. Afirmou que ficou claro que o membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, é a favor do encerramento de serviços no interior mas que respeita essa opinião. Relativamente à preservação das árvores, dos carvalhos, afirmou que o Município as tem preservado muito bem quer no Jardim do Tournal quer no Parque de Natureza e Biodiversidade. Referiu que se há uma preocupação por parte do Município é a questão da floresta contrariamente ao que muitos apregoam, exemplificando com a parceria existente com os Bombeiros mas que efetivamente não é por aí que se resolve o problema da floresta. Referiu que o Município tem uma equipa específica para limpeza que não recebe qualquer subsídio de outro organismo que durante todo o ano efetua a limpeza e preservação da floresta. Relativamente à questão do membro da Assembleia Municipal, Rui

10

Álvares, solicitou algum rigor naquilo que se diz e que não se deve apenas dizer o que se apetece. Relativamente à questão do Grupo Desportivo de Boticas, informou que do que sabe, do que é verdade e do que é correto tem conhecimento do Protocolo celebrado entre o Município e o Grupo Desportivo de Boticas apresentado e aprovado em Assembleia Municipal. Relativamente aos serviços agrícolas, referiu que foi muito mau o que fizeram à agricultura e que também não concorda com o que foi feito, pois a agricultura é das atividades mais importantes para o país. Quanto ao Parque de Carvalhelhos referiu que o Município tem um processo em tribunal e que não vira as costas, que se fazem limpezas e plantações, não só aí mas nos Castros e em muitas áreas. Referiu que o serviço pode não chegar a todas as áreas ao mesmo tempo, que os funcionários estiveram afetos a outros sítios mas que o Município não deixa de fazê-lo também em todas as povoações senão basta dar uma volta pelo Concelho e reparar no asseio de todas. Quanto ao abandono e roubo, falou das instalações da DRATM em Boticas em que às 17.30h os funcionários saíram e deixaram as portas abertas tendo no dia seguinte encontrado paredes. Relativamente ao facto de se ter dito que o Município abandona os agricultores ou de não ligar aos mesmos, referiu não ter dúvida que existem técnicos dos serviços agrícolas competentes e capazes mas que a agricultura e os agricultores foram mal tratados por alguns desses técnicos, levando a que algumas pessoas abandonassem a agricultura. Referiu o dinheiro

que se esbanjou em projetos que não eram feitos mas que foram financiados, perguntando onde esteve a fiscalização, dizendo que o Município não teve culpa, que alertou a tempo próprio e que agora está o Município, com todo o gosto, em parceria com a Cooperativa a colaborar nessa área, mencionando ainda os recentes prémios ganhos pelo mel e a carne barrosã, símbolos do Concelho e que quando se está a fazer aquele trabalho, alguém diz que se está a fazer mal. Aconselhou ainda ao membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, que quando tiver tempo disponível visite a Santa Casa da Misericórdia porque deixará de dizer o que disse. Referiu-se às pessoas que lá se encontram a trabalhar que são de um empenho e de uma dedicação exemplar para com os utentes e que já não existe dessa gente, aconselhando-o novamente para ir visitar nas horas próprias aquelas instalações para verificar como são tratados os idosos. Quanto ao saldo financeiro da Câmara, que foi de dois milhões de euros, referiu que foram bem aplicados e que se o Município pretender contratar dois funcionários para a limpeza das florestas não o consegue fazer porque há regras que se pretende cumprir e que não são da competência do Município. Lembrou uma questão que foi referida pelos membros da Assembleia Municipal, Rui Álvares e Arnaldo Videira ao referirem que se devia virar para o rosto de quem fechou serviços, aumentou impostos e que há efetivamente um rosto que vai ficar na história, que veio colmatar a desgraça em que hoje o país está, que foi José Sócrates e o

60

governo dele. Referiu que a situação, na bancarrota, na penúria, sem dinheiro, foi depois entregue ao governo do PSD que teve de pôr o país na ordem. Relativamente à visita do Senhor Primeiro-Ministro a Boticas, disse que o Município sabe receber mas que não confunde as coisas e que como foi referido anteriormente, se fosse um governo socialista convidar-se-ia na mesma. Afirmou que o Senhor Primeiro-Ministro foi alertado para as reais situações que preocupam o Concelho e que não se deixou de falar com ele acerca das mesmas tanto em público como em privado como o próprio fez e que quem quis pôde assistir, referindo que os interesses do Concelho estão e estarão sempre salvaguardados e que em breve poder-se-á verificar os bons resultados da visita do Senhor Primeiro-Ministro a Boticas. Referiu-se ainda ao Protocolo entre a Câmara Municipal e a Cooperativa aprovado em Assembleia onde os técnicos de ambas as entidades estão a trabalhar em conjunto, já submeteram uma candidatura para as faixas primárias em parceria com os Conselhos Diretivos, com as Juntas de freguesia e que se está a trabalhar. Relativamente ao processo judicial abordado nesta sessão da Assembleia e na anterior, reiterou tal como na última sessão, que o mesmo está a decorrer com normalidade, pelas vias que têm de correr e que não tem rigorosamente mais nada a acrescentar. \_\_\_\_\_

**\_\_\_2.2 - Proposta de 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita da Câmara Municipal para o ano de 2014; \_\_\_\_\_**

\_\_\_O membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, que

manifestou a intenção do uso da palavra no ponto anterior.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal que referiu que existem as intervenções e os esclarecimentos do Presidente da Câmara às intervenções e que não se pode fazer de outra forma que não seja essa.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_O membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, que afirmou ser contra as revisões aos orçamentos porque significa que o Plano de Atividades do orçamento inicial é mal elaborado. Quanto à questão da Misericórdia, disse não ter falado do funcionamento da Misericórdia aqui mas sim das famílias abandonadas nas aldeias. Referiu ainda que relativamente ao mel, foram os serviços agrícolas que deram o pontapé de saída para a sua implementação no Concelho.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal que interrompeu a intervenção justificando que a mesma teria de ser no âmbito do ponto 2.2, agradecendo a intervenção do membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, que foi de uma elevação que é de enaltecer, que todos devem reconhecer e rever-se neste tipo de intervenção, solicitando a todos os membros que facilitem a condução dos trabalhos lembrando que o que está em causa é efetivamente a revisão ao orçamento da receita da Câmara Municipal para o ano de 2014 que contempla umas alterações que estão esclarecidas naquilo que foi remetido a todos e que quem quiser usar da palavra nesse ponto concreto, pode fazê-lo.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_O membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, que

6

referiu que já era a terceira vez que pedia a palavra para informar que iria apresentar uma declaração de voto. \_\_\_\_\_

\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal, que referiu que neste momento apenas se pode falar, nos termos do Regimento, da proposta de revisão ao orçamento apresentada pela Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_\_O membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, que solicitou esclarecimentos sobre a razão que justifica neste momento uma revisão ao orçamento. Referiu que percebe que se o governo teve um chumbo do Tribunal Constitucional às medidas que tinha e que as coisas são um pouco diferente daquilo que se está a contar, tenha de fazer uma revisão. Em relação a Boticas, solicitou esclarecimentos sobre a necessidade, em junho, de se fazer uma revisão, apelando ao Presidente da Câmara para respostas concretas, esperando que tal fique registado em ata. \_\_\_\_\_

\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal, que informou o membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, que a ata seria feita posteriormente e que a intervenção deve ser feita no âmbito do ponto 2.2, que presumia que o Presidente da Câmara iria usar da palavra para prestar esclarecimentos não obstante no documento que foi distribuído esteja a explicação solicitada com toda a clareza mas que independentemente disso e se o Presidente da Câmara o entender, dará esclarecimentos complementares. \_\_\_\_\_

\_\_\_O Presidente da Câmara Municipal que referiu esclarecer

com todo o gosto estas e outras perguntas que lhe sejam feitas para que todos fiquem esclarecidos, referindo que não há planos mal feitos, que são rigorosos e que respondendo concretamente ao membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, são tão rigorosos que é por isso que existe revisão porque quando foi feito não se sabia o saldo com que se transitou para o ano seguinte, o que só é possível quando em abril se aprovam as contas do Município. Referiu que se pretendia fazer obras mas não havia dinheiro e que só agora mediante novas receitas e com o saldo positivo que se teve na transição do ano anterior é que se pôde fazer obras, afirmando que por exemplo cinco delas serão na freguesia de Dornelas. Referiu ainda, como exemplo, que o chumbo do Tribunal a medidas do governo teve implicações de 15.000,00€ por mês no que diz respeito aos funcionários da Câmara. Referiu que o Presidente da Junta de freguesia de Dornelas tinha pedido, que não tinha dinheiro, informando que a presente proposta não foi aprovada por unanimidade na Câmara.

\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal que perguntou ao Presidente da Câmara se pretende que o ponto da revisão ao orçamento da receita seja aprovado em minuta.

\_\_\_O Presidente da Câmara Municipal que referiu pretender que o ponto em causa fosse aprovado em minuta.

\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal que colocou à votação o ponto em discussão "2.2 - Proposta de 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita da Câmara Municipal para o ano de

6

2014" aprovado em minuta por maioria, tendo-se verificado apenas um voto contra. Agradeceu o Presidente da Câmara Municipal pela sua intervenção que considerou esclarecedora, pela forma rigorosa como a Câmara faz esses documentos e que naturalmente a Câmara não tinha conhecimento de qual o saldo de conta de gerência naquele momento bem como o impacto que o chumbo do Tribunal iria ter nos vencimentos, justificando assim a revisão. \_\_\_\_\_

\_\_\_O Presidente da Câmara Municipal informou da realização de uma Convenção Autárquica das políticas sociais no Alto Tâmega, no próximo dia 21 de junho às 14.30h, no Cineteatro em Vila Pouca de Aguiar, cujo convite seguiu para todas as Assembleias Municipais do Alto Tâmega, onde além das intervenções dos Presidentes de Câmara irão também participar todos os grupos municipais com lugar nas Assembleias Municipais do Alto Tâmega, apelando a que todos estivessem presentes. Informou ainda que irá estar presente numa reunião na Associação Nacional de Municípios Portugueses no âmbito do Fundo de Apoio Municipal apesar de estar já validado pelo governo, explicando que aquele fundo é utilizado para salvar as autarquias que estão em falência técnica, informando que são 29 atualmente e que depois de algumas negociações entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Governo, o fundo foi constituído por 650 milhões de euros e que todas as autarquias do país terão de dar o seu contributo para o fundo, semestralmente, durante seis anos de acordo com o

FEEF que têm, as receitas arrecadadas, o IRS cobrado e a sua população entre outros fatores. Referiu que se aquele projeto for para a frente, prevê-se que a Câmara Municipal de Boticas venha a contribuir, durante os 6 anos, em 498.057,00€ referindo que o Município não necessita de recorrer a qualquer tipo de apoio desse género mas que fruto da boa gestão do Município, terá de contribuir para os que não souberam gastar bem o dinheiro, informando que a média anual a prestar pela Câmara poderá ultrapassar os 80 mil euros por ano. \_\_\_\_\_

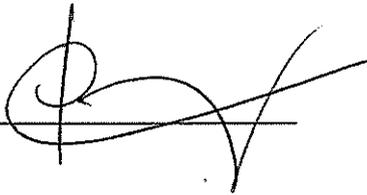
\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal que informou que se iria proceder à repetição da votação do ponto 2.2 em minuta porque não teriam sido contabilizados as abstenções. \_\_\_\_\_

\_\_\_Foi de imediato repetida a votação da aprovação do ponto 2.2 em minuta, tendo sido aprovada, por maioria, com um voto contra e uma abstenção. Esclareceu que relativamente aos prémios ganhos pelos produtos locais, o mel ganhou a medalha de ouro e mel do ano, na carne a medalha de ouro e nos hambúrgueres de carne a medalha de ouro também. Quanto à Misericórdia referiu que a mesma pediu para informar a Assembleia que em breve abrirá a Unidade de Cuidados Continuados, prevendo alguma azáfama, algum trabalho, algumas admissões de funcionários e que é um grande privilégio para o Concelho e para a Misericórdia de Boticas o facto de abrir a Unidade de Cuidados Continuados que estava construída há vários meses, informando que finalmente o governo assinou ou tem preparado para assinar o Acordo de Cooperação presumin-

do que em setembro ou mais tardar em outubro se tenha aquela Unidade a funcionar. \_\_\_\_\_

**Encerramento da Reunião e Aprovação da Ata.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_E não havendo mais assuntos a tratar, o senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a reunião eram 11 horas e 45 minutos. Para os efeitos consignados no nº 1, do artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou aprovar, por maioria, com três votos contra e uma abstenção, a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Filipe Silva, Secretário do GAP, que a elaborei. \_\_\_\_\_



FILIPPE SILVA

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

# **ANEXOS**



## Intervenção no ponto 1.2 da reunião da Assembleia Municipal de Boticas

Bom dia,

Vou falar sobre 2 assuntos: Esta Assembleia e Árvores.

Uma das funções da Assembleia é seguramente a de informar os munícipes sobre o que se passa e uma maneira de o fazer é através das actas da Assembleia. As actas têm de reflectir o que se passou nas reuniões, não têm de ter apenas as coisas supostamente importantes (entre aspas). Aliás, muito estranho se o que se considera importante são as extensas e constantes declarações de enaltecimento das actividades do executivo camarário. Na maior parte das vezes, vejo referências à actividade normal da câmara que não justifica menção especial a não ser que haja outros objectivos para esse enaltecimento. Nesta altura, as actas estão a prestar um mau serviço porque por um lado são parcialmente incompreensíveis (não se percebendo bem do que se está a falar) e, por outro, alteram o sentido do que se passou. Para dar um exemplo, e como consta da presente proposta de acta, numa carta que enviei ao Presidente da Assembleia agradeci a minha identificação como o membro da Assembleia que se absteve na votação para aprovação da Moção do PSD contra o encerramento do Tribunal de Boticas. Mas o que eu queria realmente dizer é que foi a única votação em que é identificado o sentido de voto de um membro da Assembleia. Ora esta informação, o ponto principal, foi omitida da proposta de acta. Em todas as outras votações que houve, algumas quiçá mais importantes, não se sabe quem votou contra, a favor ou se absteve. A dualidade de critérios, neste e em qualquer assunto, é inadmissível.

Relativamente a este caso único, quero acreditar que a minha identificação foi apenas uma espécie de acidente e não uma tentativa encapotada de me

identificar como alguém contra os interesses do concelho de Boticas. Abstive-me e voltava a abster-me por vários motivos:

1º porque é uma guerra que não compro. Admito que, na crise que vivemos, alguns serviços tenham que ser reduzidos no País, não tendo informação suficiente para opinar sobre quais serviços. De qualquer maneira não assumo qualquer culpa ou responsabilidade neste assunto, até porque não fui eu que andei a desbaratar dinheiros públicos nas últimas décadas. Muitas poupanças podem e podiam ter sido feitas pelos responsáveis políticos. Por exemplo, não percebo porque é que Boticas tem 3 vereadores a tempo inteiro e na vereação anterior tinha 5, quando o Porto tem 7.

2º porque se se queria uma votação por unanimidade, já havia moções do PS e do PCP no mesmo sentido que podiam ter sido aprovadas por unanimidade.

Em 3º lugar gostaria de referir que, na minha opinião, um dos principais responsáveis pelo encerramento de Serviços em Boticas, e pelas grandes reduções de salários e aumentos de impostos que levaram ao empobrecimento geral da população, enquanto as poucas famílias portuguesas que já eram muito ricas ficaram ainda mais ricas, foi o primeiro-ministro que recentemente visitou Boticas e presumo foi recebido com deferência e elogios. Aconselho que se quiserem culpar alguém culpem os verdadeiros responsáveis e que quem os escolheu também assuma a sua quota de responsabilidade.

Relativamente às árvores, queria primeiro referir os carvalhos com várias décadas que estão no jardim público junto ao edifício da fundação Nadir Afonso. Recebemo-los de gerações anteriores e temos a obrigação de os

preservar para as gerações seguintes. É principalmente da responsabilidade da Câmara manter os carvalhos saudáveis.

Depois temos o interessante lema de Boticas que é “A sedução da montanha” e queria lembrar que, no ano passado, muito da montanha ardeu e, por isso, tanto a montanha como a sedução ficaram no mínimo “chamuscadas”. Queria perguntar à Câmara e às Juntas de freguesia se estão atentas ao problema e o que estão a fazer para que o mesmo não aconteça este ano. Se este ano não houver incêndios devido às actividades da Câmara e/ou Juntas de freguesia, serei eu próprio que virei gabar essas mesmas actividades, seguramente desprovido de qualquer interesse pessoal.

Um outro assunto de que tive hoje conhecimento diz respeito ao aluguer do antigo posto de turismo ao Sr. Paulo Aleixo, que parece levantar muitas dúvidas. O ajuste directo é um mecanismo para facilitar a burocracia e não para favorecimentos pessoais. Gostaria de saber se foram acautelados os interesses da autarquia, nomeadamente, se foram consultados outros potenciais interessados. Qual o valor e durante quanto tempo foi feito o aluguer? Este aluguer está relacionado com o facto do Sr. Paulo Aleixo ser o representante do PSD e o membro da Assembleia que constantemente elogia as actividades camarárias?

Obrigado.

Boticas, 17 de junho de 2014

Arnaldo Videira

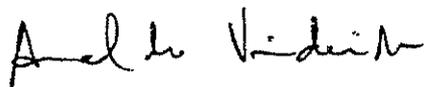


## Declaração

(Para ser incluída na acta da reunião da Assembleia Municipal de Boticas de 17 de Junho de 2014)

Na impossibilidade de o fazer verbalmente na reunião, apresento por escrito as declarações seguintes. Lamento ter de corrigir as palavras do Sr. Presidente da Câmara que afirmou que eu sou a favor do encerramento de serviços do País interior. Abster-se na votação de uma moção significa não se ser a favor nem contra. Como é claro nas minhas intervenções, apenas admiti que o encerramento de serviços possa ser necessário e nunca falei em “interior”. Considero que as questões que coloquei na reunião da Assembleia não foram respondidas, nomeadamente no que diz respeito às actividades de prevenção de incêndios e ao aluguer do antigo posto de turismo.

Boticas, 18 de junho de 2014



Arnaldo Videira

(membro da Assembleia)

